



OHJ
Nº 70037575198
2010/CÍVEL

DECISÃO

Vistos.

1. Cuida-se de ADIN proposta pela Prefeita Municipal de Gravataí, em que postulada a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº2.961, de 14 de abril de 2010, a qual *“autoriza o Poder Executivo a instituir na rede pública municipal de ensino atividades de Psicomotricidade Relacional e dá outras providências”*.

Sustenta a requerente que a mencionada lei padece de vício de iniciativa e viola o princípio da separação dos poderes, afrontando o disposto nos arts.1º, 8º, 10 e 19 da Constituição Estadual, nos arts.2º, *caput* e §1º; 58, III, ‘d’, VI, VIII, X e XXI, da Lei Orgânica Municipal de Gravataí. Requer a suspensão liminar da referida Lei e, ao final, a declaração de sua inconstitucionalidade.

2. É de ser **deferido** o pleito liminar de suspensão da lei impugnada, ante a plausibilidade do direito invocado.

Os elementos trazidos pela autoridade requerente, aliados aos dispositivos constitucionais evocados, estão a evidenciar a ocorrência de vício de iniciativa do processo legislativo e violação ao princípio da separação e independência dos poderes.

A lei impugnada, originária do Poder Legislativo, instituiu atribuições ao Poder Executivo, ao instituir na rede pública municipal de ensino atividades de psicomotricidade relacional. Tal matéria é, em princípio, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante art. 58, III, ‘d’, da Lei Orgânica Municipal:

“Das Atribuições do Prefeito

Artigo 58 - Compete privativamente ao Prefeito:

(...);

III - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta lei, especialmente os que:



OHJ

Nº 70037575198

2010/CÍVEL

(...);

d) criem ou suprimam órgãos ou serviços do Executivo;

Em ações similares, já se manifestou o Órgão Especial desta

Corte:

ADIN LEI MUNICIPAL. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO. MATÉRIA QUE VERSA SOBRE ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. INFRAÇÃO AOS ARTS. 10, 62, INCISO II, ALÍNEA "D", E 82, INCISO VII, C/C ARTIGO 8, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. Padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a Lei Municipal que cria a obrigatoriedade da realização de palestras e oficinas de prevenção às drogas, entorpecentes e DST/AIDS nas atividades das escolas de ensino fundamental da rede municipal de Arroio do Sal determinando condutas administrativas próprias do Executivo e criando despesas sem prévia previsão orçamentária, em afronta aos princípios da simetria e independência entre os poderes. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70032003436, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 14/12/2009).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. VÍCIO DE INICIATIVA. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. AUMENTO DE DESPESAS. VEDAÇÃO. OFENSA A DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS. Vedada a edição de lei que cria atribuições a órgãos da administração, em ofensa aos artigos 8.º e 82, VII, da Constituição Estadual, a evidenciar inconstitucionalidade formal. Além disso, o aumento de despesas públicas, sem a devida previsão orçamentária, viola o artigo 154, I, da Constituição Estadual, incorrendo em inconstitucionalidade material. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70023802846, Tribunal Pleno,

Handwritten signature and mark



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



OHJ
Nº 70037575198
2010/CÍVEL

Tribunal de Justiça do RS, Relator: Amo Werlang,
Julgado em 15/09/2008).

Destarte, uma vez presente relevante interesse de ordem pública, determino, por ora, a suspensão dos efeitos da Lei nº2.961.

Notifique-se a Câmara Municipal de Gravataí, a fim de que, no prazo de trinta dias, apresente as informações entendidas necessárias.

Cite-se a Dra. Procuradora-Geral do Estado.

Após, dê-se vista à Dra. Procuradora-Geral de Justiça.

Porto Alegre, 14 de julho de 2010.

DES. ORLANDO HEEMANN JÚNIOR,
Relator.